

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.207 - RS (2018/0244122-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **HAESER ADVOGADOS S/S**
AGRAVANTE : **TELOKEN ADVOGADOS S/S**
ADVOGADOS : **MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143**
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958
JOÃO PEDRO WEIDE - RS057079
AGRAVADO : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH - RS008227**
LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A
RENATA OLIVEIRA ARAUJO E OUTRO(S) - RS078934
INTERES. : **PHILOMENO GOMES PARTICIPACOES E INCORPORACOES**
LTDA
ADVOGADOS : **TATIANA ADOGLIO MORATELLI - SP187167**
LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A
INTERES. : **CARLOS GILBERTO CASSOL**
ADVOGADOS : **MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143**
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN E OUTRO(S) -
RS028958
INTERES. : **FABIO EDUARDO SALLES MURAT**
ADVOGADO : **ALEX VICTOR MIYAGI CABRAL - SP369618**
INTERES. : **CARLOS ALEXANDRE GENTIL PHILOMENO GOMES**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 141 E 492 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por HAESER ADVOGADOS S.S. e TELOKEN ADVOGADOS S.S. contra a decisão de fls. 1.030-1.037 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da

Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 838):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM/OI. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE VALORES INCONTROVERSOS. ACORDO EXTRAJUDICIAL PROTOCOLADO PELAS PARTES. NECESSIDADE DE AGUARDAR ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO SINGULAR. MANTIDA DECISÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 925-931, e-STJ).

Novos aclaratórios foram apresentados e rejeitados (fls.948-952, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 958-980, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, os recorrentes alegaram que o acórdão estadual incorreu em violação dos arts. 141, 223, 492, 505, 507 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentaram, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia; (ii) fazerem jus ao levantamento dos valores incontroversos, decorrentes da celebração de acordo extrajudicial entre as partes em 2015, antes do deferimento da recuperação judicial da recorrida; e (iii) vício de julgamento *extra petita*, em razão de o acórdão recorrido exigir a homologação do aludido acordo extrajudicial para que tenha validade, pois nele encontra-se estabelecido expressamente o valor incontroverso acordado entre as partes.

Em juízo de admissibilidade (fls.1.030-1.037, e-STJ), a Corte de origem negou o processamento do recurso pelos seguintes fundamentos: a) ausência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto as questões trazidas pelos recorrentes foram analisadas e a decisão encontra-se fundamentada; b) incidência da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais.

Irresignados (fls. 1.042-1.0620, e-STJ), aduzem os agravantes que o reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade.

Sem contraminuta, conforme certificado à fl. 1.029 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que tange à alegação de violação dos arts. 141 e 492 do CPC/2015, trazida nas razões do recurso especial, tem-se que tal matéria não foi objeto do agravo de instrumento interposto pelos ora recorrentes (fls. 3-14, e-STJ), com fundamento no atual entendimento desta Corte sobre a matéria, segundo o qual é vedada a inovação recursal devido ao instituto da preclusão consumativa.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA.
REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. INOVAÇÃO
RECURSAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.
(...)

5. No tocante à alegada violação dos arts. 125, I, 348, 350 e 354 do CPC/1973, verifica-se não terem sido tratados os temas quando do julgamento da apelação, caracterizando inovação recursal.

6. As questões de ordem pública, embora passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, não prescindem, no estreito âmbito do recurso especial, do requisito do prequestionamento.

7. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.

8. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1049510/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 20/06/2017, DJe 30/06/2017 (Sem grifo no original).

Dito isso, registra-se que, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente – situação facilmente constatável *in casu* –, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ATIVIDADE ESPECIAL. AERONAUTA. LEI 9.032/1995. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ESPECIALIDADE. CONDIÇÃO DE INSALUBRIDADE ATESTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PORTARIA MINISTERIAL. NÃO CABIMENTO. NORMA QUE ESCAPA AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC.(...) 3. No que se refere à nocividade do labor exercido, é evidente que eventual violação aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 seria meramente reflexa, e não direta, porque para a apreciação da controvérsia, quanto à alegada inobservância dos critérios de pressão atmosférica anormal, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial, seria imprescindível o exame da Norma Regulamentadora NR-15, do Ministério do Trabalho e Emprego, não cabendo, portanto, analisar a questão em Recurso Especial. 4. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça. Súmula 7/STJ. 5. Recurso Especial não provido (REsp 1614624/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/09/2016, DJe 06/10/2016).

Em relação às matérias tidas por omissas, assim se manifestou o Tribunal de origem (fls. 841-842, e-STJ, sem grifos no original):

O presente recurso não merece provimento. Isto porque, no caso dos autos, verifica-se que **a pretensão é de liberação de valores referentes a honorários contratuais e sucumbenciais, estabelecidos em acordo extrajudicial realizado entre as partes, mas que ainda carece de análise e homologação pelo Juízo Singular.** Inexistindo nos autos homologação do referido acordo e valores incontroversos determinados para cada uma das partes, **impossível o deferimento para liberação do montante pleiteado, como postulam os agravantes.**

Quanto à homologação do acordo, verifica-se que **o Juízo de primeiro grau apenas postergou a sua análise, por conta dos efeitos da recuperação judicial, inexistindo prejuízos para as partes e mostrando-se correta a decisão que, por cautela e diante das peculiaridades do caso concreto, deixou para analisar o pedido após o transcurso do prazo concedido à recuperanda.**

(...)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso mantendo a decisão

Superior Tribunal de Justiça

recorrida em todos os seus termos e fundamentos, visto que corretamente lançada.

Assim, as questões postas em debate foram efetivamente decididas, não havendo que se falar em omissão, contradição, obscuridade ou ausência de fundamentação, mas, sim, em julgamento adverso ao pretendido pela parte recorrente.

Portanto, não se cogita de negativa de prestação jurisdicional, tampouco de nulidade do aresto estadual.

Ademais, a revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não se admite no âmbito do recurso especial, dado o óbice da Súmula 7/STJ.

Outrossim, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator